



Agroecologia e ciclos agroextrativistas da Amazônia.

Agroecology and agroextractivist cycles the Amazon.

SILVA, Elineuza¹; SOUSA, Leidiane²; BARROS, Valquiria³;
MIRANDA, Mateus Willian⁴; COSTA, Gilson⁵;

¹Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) - neuzaalves209@yahoo.com.br; ²Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) - lleidi.lima10@gmail.com; ³Universidade Federal do Pará (UFPA) - valquíria.barros1@hotmail.com; ⁴Universidade Federal do Pará (UFPA) - mateusmiranda1997@gmail.com.; ⁵Universidade Federal do Pará (UFPA) - gilsoncosta@ufpa.br

Tema gerador: Memórias e Histórias da Agroecologia

Resumo

Este artigo busca compreender os ciclos agroextrativistas e produtivos da seringueira (*Hevea brasiliensis*), cacauieiro (*Theobroma cacao*), castanheira (*Bertholletia excelsa*), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*) e açaízeiro (*Euterpe Oleracea*) no contexto dos sistemas agroecológicos amazônicos. Aborda a relação das crises desses ciclos com as diversas expansões agroeconômicas homogêneas – que em termos de memória e história vale relembrar à luz da Agroecologia. A base teórico-metodológica de análise: materialismo histórico dialético e teoria geral de sistemas. Os resultados são: afirmação do limite ecológico histórico imposto pela monocultura na Amazônia; mesmo espécies nativas regionais não suportam a simplificação – segue vital a importância da complexificação. As conclusões: a açaiização recente do estuário representa uma tragédia econômica, social e ecológica; a simplificação dos agroecossistemas segue o padrão/modelo histórico de desenvolvimento imposto à Amazônia.

Palavras-chave: História; Agroextrativismo; Sustentabilidade; Camponeses; Estuário Amazônico.

Abstract

This paper aims to understand the agroextractive and productive cycles of the rubber tree (*Hevea brasiliensis*), cacao (*Theobroma cacao*), Brazil nut (*Bertholletia excelsa*), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*) and açaízeiro (*Euterpe Oleracea*) in the context of Amazonian agroecological systems. It addresses the relationship of the crises of these cycles with the various homogeneous agroeconomic expansions - which in terms of memory and history is worth reminiscing in the light of Agroecology. The theoretical-methodological basis of analysis: dialectical historical materialism and general systems theory. The results are: affirmation of the ecological limit imposed by monoculture in the Amazon; Even native regional species do not support simplification - the importance of complexification remains vital. The conclusions: recent estuarine development represents an economic, social and ecological tragedy; The simplification of agroecosystems follows the pattern/historical model of development imposed on the Amazon.

Keywords: History; Agroextractivism; Sustainability; Peasants. Amazon Estuary.



Introdução

O uso dos recursos naturais ocorre de forma predatória no capitalismo, com isso provocando o esgotamento cada vez maior dos ecossistemas Amazônicos. O padrão histórico de desenvolvimento homogeneizador mais uma vez se replica na região, agora nas várzeas do estuário, com uma nova cultura, o açazeiro (*Euterpe oleracea*).

Ao tratar da mudança agroextrativista para o modelo de produção com simplificação ecológica e econômica dos sistemas complexos - via açaiização das várzeas do estuário amazônico – em particular do Baixo Tocantins, o estudo contribui para o tema de memória e história da agroecologia – como parte importante do aprendizado dos ciclos agroextrativistas, ao mesmo tempo em que, chama atenção para possível nova crise social, econômica e ecológica da expansão simplificadora dos agroecossistemas, via plantios extensivos de palmeiras no Baixo Tocantins – na mesorregião nordeste do Pará – seja pelo agronegócio, como pelos camponeses que promovem a açaiização.

A ideia geral é tratar da produção agroextrativista, em especial a do açaí, em largo contexto histórico, acumulado no *quantum* econômico, social e ecológico que se desdobram na atualidade e seguem sendo desafios sociais, econômicos, científicos e políticos para região. Procurando observar e analisar de um lado, as exigências de mercado orientadas por necessidades industriais globalizadas da produção de alimentos, ao mesmo tempo em que oferecem “novas oportunidades”, quando “forçam” a produção agrícola e extrativa vegetal para níveis que podem vir a comprometer os fundamentos naturais, a produtividade total e a reprodução da vida campesina (COSTA, 2006a; COSTA, 2006b; COSTA, 2014, p. 18). São estudos de diferentes interpretações sobre dinâmicas agrárias regionais de Homma (1993), Costa (1992), Allegretti (1996), Hurtienne (2000), entre outros – que apontam a realidade agrícola/agrária amazônica.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido a partir da abordagem materialista, dialética e sistêmica – Materialismo Sistêmico – desde autores como Marx (2000), Bertalanffy (2006) e Costa (2016). Baseando-se em estudos realizados no estuário amazônico, particularmente na mesorregião nordeste, no Baixo Tocantins - Pará. A pesquisa desenvolvida no interior do NADESA/UFPA – Grupo de Pesquisa Natureza, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia, entre 2012-2014. Os dados socioeconômicos e agroecológicos foram levantados via questionários aplicados em três etapas de campo, durante o referido período; foram usadas bibliografias de autores importantes sobre agroextrativismo, em especial os relativos às várzeas do Baixo Tocantins, registro de dados históricos qua-



litativos, memória oral e relatos de experiências camponesas, ribeirinhas, do estuário amazônico. Além da observação participante, anotações de campos, fotodocumentação, etc. promovida pela equipe de pesquisadores.

Resultados e discussão

O extrativismo vegetal move a economia amazônica desde os primórdios da colonização - drogas do sertão (cacau, urucum, ervas, etc.) foram os primeiros ciclos e exploração da Amazônia. Após as drogas do sertão, sucedeu a extração da castanheira (*Bertholletia excelsa*), por um pequeno período que antecedeu ao ciclo da seringueira (*Hevea brasiliensis*), na segunda metade do século XIX, depois retornou no século XX, quando a borracha entrou em declínio. A extração da borracha intensificou-se, porém, na Amazônia a partir de 1850, com a comercialização do produto em nível internacional, principalmente entre os anos de 1905 e 1912, época de seu apogeu, quando atingiu fortemente a economia brasileira e em particular da Amazônia. Depois voltou com a produção de Forlândia e Belterra – na forma de produção simplificada, foi atacada fortemente por fungo (*Microcyclus ulei*). Mais tarde, com a crise na produção da Malásia, durante a segunda Guerra Mundial, retornou sua relativa importância, para depois entrar em decadência após o conflito, então nunca recuperou sua economia.

Quanto ao cacau, várias tentativas foram feitas para concretizar a diretriz da Coroa Portuguesa, mas fracassaram, principalmente por causa da pobreza dos solos da região e desconhecimento de sua ecologia e tecnologia. Apesar disso, por volta de 1780, ocorreram mais tentativas, mas o cultivo, entretanto, não se estabeleceu e permaneceu uma simples atividade extrativa até anos recentes. Na década de 1970, dois séculos depois, ascendeu, quando recebeu incentivos por parte do Estado, via Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC. Os plantios dominantes e cada vez mais homogeneizadores permaneceram por décadas, até ataque avassalador da vassoura-de-bruxa (*Moniliophthora perniciosa*) em fins de 1980, quando houve um declínio geral do cacau nas várzeas da Amazônia brasileira.

Agora as últimas novidades da floresta amazônica são cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), e o açaí, que juntos formam a dupla imbatível em sabor e preferência do mercado regional, nacional e atinge cada vez mais o mercado internacional, estratégica fornecedora de matéria prima para a indústria alimentícia, cosmética, etc., a região, Amazônica representava e ainda representa a mais importante e estratégica fronteira do capitalismo, com possibilidades de cumprir esse papel – devido ao momento histórico de desenvolvimento acelerado do capital a partir da mundialização/globalização pelo consumo de massa, fundamental para o processo de reciclagem do lucro e da



acumulação – em função de suas riquezas naturais, a região amazônica representa oportunidades de valorização do capital - cada vez mais, a despeito de seu metabolismo, quase sempre contrário à vida, ecossistemas, povos e comunidades (COSTA, 2006, p. 157).

Neste sentido, aqui entra a importância do cupuaçu e do açaí, novas espécies no processo de incorporação da Amazônia, via mercado, mais globalizado, dinâmico – que subsume, consome e submete de forma quase irresistível a bioriqueza e população camponesa regional e de forma cada vez mais preocupante – como o grande ataque da vassoura-de-bruxa ao cupuaçuzeiro. Isso pode ser visto nos cultivos dos camponeses ribeirinhos de Belém e de Cametá – no estuário doce, no Baixo Tocantins e também no sul-marajoara. Além, os camponeses locais se dedicam, atualmente, em especial, à exploração exaustiva do açaí – tanto fruto como palmito – que vem se tornando base econômica crescente, com plantios ou “manejos” simplificadores, onde retiram quase todas as demais espécies – consideradas não econômicas - do ecossistema natural das várzeas do estuário amazônico – para satisfazer às demandas com interesse progressivo de outras regiões, como a sudeste e sul do Brasil, no *boom do açaí*, assim como internacionalmente – atingindo mercados europeus e asiáticos. Segundo dados do Dieese (2013),

Só nos três primeiros meses de 2013, o preço do litro do açaí teve alta de 24% no Pará, estado que é o maior produtor brasileiro, com quase 600 toneladas por ano. Na última semana do mês de novembro, o litro do açaí do tipo médio foi encontrado nas feiras livres por valores entre R\$ 10 e R\$ 12; nos supermercados, o preço do produto varia entre R\$ 12 e R\$ 14,97. De dezembro de 2012 a novembro de 2013, o reajuste acumulado do açaí do tipo médio foi de 22,69%. A Inflação calculada para este mesmo período ficou em 5,58%.

Isso é reflexo da grande procura pelo produto, principalmente pelos demais brasileiros, e em particular da região sul e sudeste. Transformando-se o açaí, e depois o cupuaçu, em mais dois produtos históricos dos ciclos agroextrativistas, que podem levar a novos desfechos de velhos problemas socioambientais e socioeconômicos pelo mercado.

A despeito dos ciclos extrativistas acabarem entrando em crise, naturalmente, como na visão de Homma (1993), entre outros fatores: pela concorrência e substituição da produção natural/extrativa/tradicional pelos cultivos comerciais ou industriais; ao mau uso e/ou baixo rendimento da terra nos anos que antecederam sua exploração, com baixos rendimentos econômicos, etc. A despeito dessas problemáticas apontadas e da ainda precária consciência política agroecológica na Amazônia – não exercitada pela



maioria dos camponeses e muito menos pelos grandes negócios do agro, bem como pelos governos - o novo ciclo agroextrativista, de maneira geral, resiste parcialmente de forma agroecológica, sustentável, como outrora, em alguns pontos da Amazônia – mas não em seu estuário, onde agora começa predominar um ciclo predatório, homogeneizador e diretamente orientado pela lógica mercadológica de extração/manejo/cultivo em escalas e antiecológicos de açaisais, bem distante dos recomendados pela memória e tradição indígena, cabocla e a ciência da Agroecologia.

Quando, no passado, as relações entre agroecologia e os ciclos agroextrativistas amazônicos estavam ancoradas nos históricos fundamentos técnicos-agroecológicos dos sistemas complexos e interativos de produção/extração promovido pelos indígenas, ancestralmente, e que persistiu como herança cultural - depois de 400 anos de colonização na tecnologia de manejo agroflorestal dos caboclos, especialmente nas várzeas e entorno, quando nunca houve a adição de pacote tecnológico exógeno – adubação química, agrotóxico, revolvimento de solos, simplificação, etc., em nenhum momento dos ciclos agroextrativistas do passado. A tecnologia fora puramente oriunda da experiência/relação biofísica autóctone, passada de geração em geração, o que indica a existência de memória agroecológica agroextrativista na Amazônia - em base às tecnologias indígenas e caboclas, que sustentaram por séculos as populações locais, onde o agroextrativismo fora sustentável, sem aniquilamento, sem homogeneização, etc. Isso reforça a ideia, conteúdo, definição, da existência de uma memória agroecológica agroextrativista, inscrita no tempo-espaco-processo de manejo ou plantio de agroflorestas por indígenas e caboclos, como indicado pelas pesquisas antropológicas - além dos relatos, que auxiliam na compreensão dos ciclos agroextrativistas amazônicos em bases agroecológicas que existiam no passado e que agora estão se perdendo, à medida que o mercado avança. Consumindo, desmoronando, inclusive, práticas e memórias da produção agroextrativista ancestral na Amazônia.

Conclusão

Os ciclos agroextrativistas agroecológicos como da borracha, cacau, castanha, cupuaçu e açaí – os dois últimos aqui interpretados como atuais e/ou mais recentes no processo histórico, sempre estiveram presentes no estuário amazônico. Os três primeiros são mais conhecidos, pelo papel e importância econômica regional e nacional históricos. Entretanto, no caso do cupuaçu e do açaí, se apresentam ainda hoje como os principais produtos da renda camponesa, cada vez mais, deixando de ser base complexa de manejo/extração/produção, para se tornar cada vez mais de uso/manejo



simplificados, e cultivados em escala – somados aos milhares de camponeses ribeirinhos que exploram o açaí, desde o centro-sul marajoara ao Baixo Tocantins, são preocupantes.

A memória agroecológica dos sistemas simplificadores de produção na Amazônia evidenciou fracassos na heveicultura e cacauicultura, entre outras, e em nossa visão, a complexificação que sempre foi sua forma/manejo mais adequada, fielmente representada nas práticas milenares de indígenas, caboclos, agroextrativistas da Amazônia de outrora - desde os ciclos mais antigos das drogas do sertão à produção de cupuaçu e açaí, agora acende um alerta quando se vê ancorada em uma economia homogeneizadora/monocultural em detrimento às demais espécies regionais da floresta de várzeas do estuário amazônico – onde o açaí reina sozinho, via açaização.

A dinâmica observada pelo estudo/pesquisa evidencia que a memória e história agroecológica dos ciclos agroextrativistas em bases sustentáveis de outrora, desde o Baixo Tocantins, e de uma maneira geral do sul-marajoara até a vastidão do estuário de água doce, berço de uma civilização complexa – cametauara - começa a se apagar, aceleradamente, entre populações camponesas, desde suas práticas, na Amazônia.

Referências bibliográficas

ALLEGRETTI, M. H. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: a região Amazônica e as atividades extrativas. In: GLÜSENER-GODT, M; SACHS, I. (EDS.), 1996. Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional. Montevideu – Uruguay: compêndio MAB 18 – UNESCO.

COSTA, Francisco de Assis. Prefácio. Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia. Belém, UFPA/NAEA, 2006b.

COSTA, Gilson da Silva. Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia Belém, UFPA/NAEA, 2006a.

COSTA, Gilson da Silva. Estudo e construção de indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade para agrossistemas e populações camponesas da região das ilhas de Belém – Pará – Brasil. Belém, Pará, 2014.

BERTALANFFY, L. V. Teoria Geral dos Sistemas. 8.ed – Petrópolis, Rio de Janeiro: Voses, 2006.

DIEESE – Pesquisa sobre o mercado do açaí em Belém. Estudos e pesquisa, Belém, 2013.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL



HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades. EM-BRAPA/CPATU. Brasília, 1993.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *In*: COELHO, M. C. N.; Estado e políticas públicas na Amazônia: Gestão de Recursos Naturais. Belém, CEJUP, 2000.

MARX, K. O Capital. Livro Primeiro. Vol. I, Civilização Brasileira, 2002.